



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000862-92.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 13/2018 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ADALBERTO DE OLIVEIRA**
 Vítima: **Benedito Tiago Consolaro**

Réu Preso

Aos 03 de agosto de 2018, às 16:20h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Ferronato - Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu ADALBERTO DE OLIVEIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistiam da inquirição da testemunha Sebastião de Oliveira, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. ADALBERTO DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, caput, do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 25 de janeiro de 2018, por volta das 20h40min, na Av. São Carlos, nº 660, VI. Monteiro, nesta cidade e Comarca de São Carlos, subtraiu para si, 01 aparelho medidor de energia trifásico e 05 metros de cabos de energia, bens avaliados em R\$330,00 (trezentos e trinta reais), de propriedade da empresa *Tecelagem São Carlos*. Segundo restou apurado, o denunciado resolveu praticar crime de furto no endereço acima referido. Para tanto, dirigiu-se ao local dos fatos, e subtraiu os bens supramencionados, evadindo-se do local imediatamente. Ocorre que, guardas municipais, durante patrulhamento de rotina, avistaram o denunciado e resolveram abordá-lo, sendo certo que em poder deste, dentro de uma sacola, estavam os objetos supramencionados. Em solo policial, o denunciado confessou o delito e os objetos foram reconhecidos pelo técnico de segurança do local dos fatos. A denúncia foi recebida em 19 de fevereiro de 2018 (fls.122). Citado o réu ofereceu resposta à acusação, requerendo a revogação da prisão preventiva (fls. 223/225). A custódia cautelar foi mantida pelos próprios fundamentos (fl. 226). Nesta audiência procedeu-se a oitiva do representante da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

vítima e de uma testemunha, interrogando-se o réu na sequência, havendo desistência quanto a testemunha Sebastião de Oliveira. Realizados os debates orais, o Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, por sua vez, pugnou pela absolvição. **É o Relatório. Decido.** A ação penal é procedente. Tratando-se de hipótese de flagrância, não se verifica ilegalidade na atuação da guarda municipal a macular o presente processo criminal. Nesse aspecto: *“Apelação – Roubo simples – Autoria e materialidade bem comprovadas – Palavras coerentes e uniformes da vítima e testemunhas, a corroborarem o confesso – Prisão em flagrante efetuada por guardas municipais que se mostra válida – Inteligência do art. 301 do CPP – Condenação que se sustenta – Desclassificação da conduta para constrangimento ilegal e aplicação do princípio da insignificância – Impossibilidade – Ameaça séria, impondo fundado temor à ofendida, a caracterizar o delito mais grave e impossibilitar a aplicação do princípio aludido – Elevação das bases bem justificada – Fração aplicada que se mostra exagerada, todavia – Penas reduzidas – Confissão que não era mesmo de ser considerada, máxime diante do flagrante – Regime fechado mantido – Recurso parcialmente provido”* (TJSP; Apelação 0000074-24.2016.8.26.0542; Relator (a): Ivan Sartori; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Osasco - 4ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 12/12/2017; Data de Registro: 15/12/2017). A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls.31/32, pelo auto de avaliação de fls.35 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado na presente solenidade, o réu admitiu a prática da infração penal que lhe é atribuída. Disse que passava pelo local quando deliberou apropriar-se do aparelho medidor de energia e dos cabos de energia, levando a efeito seu intento. A confissão harmoniza-se com a prova judicial. O representante vítima, Benedito Tiago Consolaro, relatou que recebeu a informação de que bens pertencentes à empresa haviam sido subtraídos. Acrescentou que, ato contínuo, a “res” foi-lhe restituída. O guarda municipal Luis Carlos Gomes, ouvido em contraditório, informou que surpreendeu o acusado na posse dos bens subtraídos. A testemunha asseverou que o réu admitiu informalmente a prática da infração, bem assim que os bens foram reconhecidos pelo representante da vítima. Impõe-se, em consequência, o acolhimento da pretensão acusatória expressa na denúncia. De outra parte, o acusado é tecnicamente primário e, conforme auto de avaliação de fls. 35, a coisa subtraída é de pequeno valor, devendo incidir a causa de diminuição do artigo 155, §2º, do Código Penal. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em 01 (um) ano de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, mas sem redução aquém do piso (Súmula 231 do STJ). Tratando-se de furto privilegiado, substituo a pena privativa de liberdade por pena de multa, na proporção de 10 (dez) dias-multa, em valor mínimo. Torno definitiva a reprimenda, pois não há outras circunstâncias que ensejem a exasperação ou o abrandamento. **Condeno**, pois, o réu **ADALBERTO DE OLIVEIRA** como incurso no artigo 155, “caput”, do Código Penal, à pena de **20 (vinte) dias-multa**, em valor mínimo. Considerando a pena concretamente aplicada ao acusado, autoriza-se o recurso em liberdade. Providencie-se o necessário imediatamente. Não há custas nessa fase, por ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Réu: